

Itumbiara
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Itumbiara Transmissora de Energia S.A** (“ITE” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	817,95
Tensão em kV:	500/230
Subestações próprias/acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ R\$ 268.674 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 270.599 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	2021	2020
• Liquidez geral	9,01	3,56
• Liquidez corrente	1,62	0,95
• Relação patrimônio líquido/ativo	88,90%	71,93%
• Relação passivo não circulante/ativo	1,22%	1,74%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	21,01%	17,22%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	27,74%	31,75%
Ativo total	661.448	784.857
Lucro Líquido do exercício	123.555	97.206

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.



ITUMBLARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	54.805	141.456
Concessionárias e permissionárias	8	21.850	26.963
Contas a receber - partes relacionadas	27	4.039	4.585
Estoques	9	14.846	13.404
Adiantamento a fornecedores		3.750	4.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		346	977
Outros impostos a recuperar		1.488	1.412
Outros ativos circulantes		4.624	3.628
		105.748	196.703
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	10	7.914	7.507
Imobilizado não vinculado à concessão	11	2.906	3.542
Intangível não vinculado à concessão	12	102	-
Imobilizado	11	537.120	569.579
Intangível	12	7.658	7.526
		555.700	588.154
Total do ativo		661.448	784.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		3.117	5.201
Fornecedores - partes relacionadas	27	1.723	1.804
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	117.685
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	43.335	41.800
Outros impostos a pagar	14	4.032	8.669
Taxas regulamentares	15	7.812	10.943
Dividendos propostos		-	15.971
Outros passivos circulantes		5.303	4.589
		65.322	206.662
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		1.100	1.053
Provisão para contingências	16	7.002	6.861
Outros passivos não circulantes	17	-	5.733
		8.102	13.647
Patrimônio líquido	18		
Capital social		402.460	402.460
Reserva de Lucros		304.862	298.525
Reserva Legal		29.687	24.086
Prejuízo acumulado		(148.985)	(160.523)
		588.024	564.548
Total do passivo e do patrimônio líquido		661.448	784.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	220.367	226.396
Custo da operação	20	<u>(43.135)</u>	<u>(41.529)</u>
Lucro bruto		177.232	184.867
Despesas gerais e administrativas	21	(7.479)	(5.480)
Outras despesas/receitas operacionais	23	<u>(6.617)</u>	<u>(166)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		163.136	179.221
Resultado financeiro	24	<u>8.002</u>	<u>(33.340)</u>
Receita financeira		21.191	22.486
Despesa financeira		(13.189)	(55.826)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>171.138</u>	<u>145.881</u>
IRPJ e CSLL correntes	25	(47.583)	(48.675)
Lucro líquido do exercício		<u><u>123.555</u></u>	<u><u>97.206</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>123.555</u>	<u>97.206</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u><u>123.555</u></u>	<u><u>97.206</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	402.460	20.923	257.219	(194.471)	486.131
Lucro líquido do exercício	-	-	-	97.206	97.206
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	(18.789)	-	(18.789)
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 18)	-	3.163	-	(3.163)	-
Constituição de reserva de lucros (nota explicativa 18)	-	-	60.095	(60.095)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	402.460	24.086	298.525	(160.523)	564.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	123.555	123.555
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 18)	-	5.601	-	(5.601)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	88.807	(88.807)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(82.470)	-	(82.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	402.460	29.687	304.862	(148.985)	588.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		171.138	145.882
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	(3.833)	30.954
Depreciação e amortização		27.099	27.161
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(5.755)	(508)
Provisão para créditos de perda esperada	8	(1.325)	372
Provisão para contingência	16	141	6.108
Outras provisões - compensação ambiental		47	(280)
Atualização monetária		-	154
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		6.438	(4.062)
Contas a receber - partes relacionadas		547	(1.961)
Estoques		(1.442)	(12.515)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		631	(976)
Outros impostos a recuperar		(76)	(22)
Adiantamentos a fornecedores		527	198
Outros ativos		(1.403)	(7.550)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(2.164)	(1.568)
Tributos e contribuições sociais		20.261	24.815
Taxas regulamentares		(3.131)	1.196
Outros passivos		(5.019)	(258)
Juros pagos	13	(1.870)	(4.567)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(48.577)	(23.962)
Outros impostos pagos		(25.011)	(29.301)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		127.223	149.310
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	11/12	11.517	1.910
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento		11.517	1.910
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	13	(111.982)	-
Dividendos pagos	18	(82.470)	(36)
Juros sobre capital próprio pagos	18	(30.939)	(27.411)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(225.391)	(27.447)
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(86.651)	123.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		141.456	17.683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		54.805	141.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas, no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 367 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.

- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA, na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho, com extensão aproximada de 3 Km, e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$98.747 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 270.599 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 268.674 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,1% em 2020 e 0,2% no exercício de 2021, nos montantes de R\$34 (trinta e quatro mil reais) e R\$ 87 (oitenta e sete mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
 - (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
 - (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
- b. Passivos financeiros**
- Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

a. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		105.748	170.105	275.853	196.703	217.799	414.502
Caixa e equivalentes de caixa		54.805	-	54.805	141.456	-	141.456
Concessionárias e permissionárias		21.850	-	21.850	26.963	-	26.963
Contas a receber – partes relacionadas		4.039	-	4.039	4.585	-	4.585
Adiantamentos a fornecedores		3.750	-	3.750	4.278	-	4.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		346	-	346	978	-	978
Outros impostos a recuperar		1.488	-	1.488	1.412	-	1.412
Estoques		14.846	-	14.846	13.404	-	13.404
Ativos de contrato	a	-	170.105	170.105	-	217.799	217.799
Outros ativos circulantes		4.624	-	4.624	3.628	-	3.628
Ativo não circulante		555.700	44.538	600.238	588.154	704	588.858
Ativos de contrato	a	-	587.702	587.702	-	576.435	576.435
Outros ativos não circulantes		7.914	-	7.914	7.507	-	7.507
Imobilizado não vinculado à concessão		2.906	-	2.906	3.542	-	3.542
Intangível não vinculado à concessão		102	-	102	-	-	-
Imobilizado	b	537.120	(536.017)	1.104	569.579	(568.538)	1.041
Intangível	b	7.658	(7.147)	510	7.526	(7.193)	333
		661.448	214.643	876.091	784.857	218.503	1.003.360

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		65.322	-	65.322	206.662	-	206.662
Fornecedores terceiros		3.117	-	3.117	5.201	-	5.201
Fornecedores partes relacionadas		1.723	-	1.723	1.804	-	1.804
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	117.685	-	117.685
Imposto de renda e contribuição social a pagar		43.335	-	43.335	41.800	-	41.800
Outros impostos a pagar		4.032	-	4.032	8.669	-	8.669
Taxas regulamentares		7.812	-	7.812	10.943	-	10.943
Dividendos propostos		-	-	-	15.971	-	15.971
Outros passivos circulantes		5.303	-	5.303	4.589	-	4.589
		-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante		8.102	187.791	195.893	13.647	180.112	193.759
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	-	-
Outras provisões - compensação ambiental		1.100	-	1.100	1.053	-	1.053
Provisão para contingências		7.002	-	7.002	6.861	-	6.861
Impostos diferidos	c	-	187.791	187.791	-	180.112	180.112
Outros passivos não circulantes		-	-	-	5.733	-	5.733
Patrimônio líquido		588.024	26.852	614.876	564.548	38.391	602.939
Capital social		402.460	-	402.460	402.460	-	402.460
Reserva de lucros		304.862	(122.133)	182.729	298.525	(122.132)	176.393
Reserva legal		29.687	-	29.687	24.086	-	24.086
Prejuízo acumulado	d/e	(148.985)	148.985	-	(160.523)	160.523	-
		661.448	214.643	876.091	784.857	218.503	1.003.360

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	220.367	(30.649)	189.718	226.396	(73.223)	153.173
Custo da operação	e	(43.135)	29.915	(13.220)	(41.528)	24.230	(17.298)
Lucro bruto		177.232	(734)	176.498	184.868	(48.993)	135.875
Despesas gerais e administrativas		(7.479)	-	(7.479)	(5.480)	-	(5.480)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(6.617)	-	(6.617)	(166)	-	(166)
Resultado antes do resultado financeiro		163.136	(734)	162.402	179.222	(48.993)	130.229
Resultado financeiro		8.002	-	8.002	(33.340)	-	(33.340)
Receita financeira		21.191	-	21.191	22.486	-	22.486
Despesa financeira		(13.189)	-	(13.189)	(55.826)	-	(55.826)
Lucro antes dos impostos		171.138	(734)	170.404	145.882	(48.993)	96.889
IRPJ e CSLL correntes		(47.583)	-	(47.583)	(48.675)	-	(48.675)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(10.804)	(10.804)	-	15.044	15.044
Lucro líquido do exercício		123.555	(11.538)	112.017	97.207	(33.949)	63.258

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido Societário	<u>614.876</u>	<u>602.939</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(757.807)	(794.234)
Imobilizado não vinculado	2.906	-
Intangível não vinculado	102	-
Imobilizado	533.111	568.538
Intangível	7.045	7.193
Impostos Diferidos Passivos	<u>187.791</u>	<u>180.112</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>588.024</u>	<u>564.548</u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido Societário	<u>112.017</u>	<u>63.258</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(132.667)	(147.872)
Margem de construção	205.824	220.293
Ajustes receitas variáveis	(43.189)	10.190
PIS/COFINS Diferido	(3.125)	(7.464)
Depreciação regulatória	(26.108)	(26.154)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>10.803</u>	<u>(15.044)</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>123.555</u>	<u>97.207</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Banco	3.846	16.223
Aplicações financeiras	50.958	125.232
	54.805	141.456

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 104,96% do CDI. Variação refere-se a movimentações de entrada (RAP) e saída de caixa da Companhia e que teve como principais pagamentos a liquidação do empréstimo com a SGID e pagamento de dividendos e Juros sobre capital próprio.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	19.928	24.799
Vencidas até 30 dias	109	16
Vencidas até 60 dias	8	8
Vencidas até 90 dias	9	5
Vencidas até 120 dias	9	-
Vencidas até 180 dias	10	-
Vencidas há mais de 180 dias (i)	1.850	3.532
	21.923	28.361
(-)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (i)	(73)	(1.398)
	21.850	26.963

(i) A redução refere-se as valores recebidos referentes aos Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) das Companhias Guaraciaba e Matrinchã em 2021.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(1.398)	(1.026)
Reversão	1.325	(372)
Adição	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(73)</u>	<u>(1.398)</u>

9 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>14.846</u>	<u>13.404</u>
	<u>14.846</u>	<u>13.404</u>

- (i) Variação refere-se a consumo das peças de almoxarifado a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	102	92
Reembolsos (i)	7.801	7.415
Antecipação de seguros	<u>11</u>	<u>-</u>
	<u>7.914</u>	<u>7.507</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a processos de servidão que foram provisionados ao longo de 2021 e que serão reembolsados pelos vendedores caso haja condenação por parte da Companhia.

11 Imobilizado

11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	863.152	-	(12.036)	2.313	853.429	(9.723)	(335.275)	518.154	548.277
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.516	-	-	144	11.660	144	(5.676)	5.983	6.229
Máquinas e equipamentos	848.720	-	(11.836)	1.809	838.693	(10.027)	(327.953)	510.740	540.689
Veículos	2.043	-	(200)	360	2.203	160	(1.473)	731	637
Móveis e utensílios	363	-	-	-	363	-	(173)	190	212
Administração	1.314	-	(93)	473	1.694	380	(1.021)	673	469
Máquinas e equipamentos	848	-	-	306	1.154	306	(636)	518	356
Veículos	413	-	(93)	167	487	74	(350)	137	92
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53	-	(35)	18	21
	864.466	-	(12.129)	2.786	855.123	(9.343)	(336.296)	518.827	548.746
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	20.261	4.040	(4.124)	(2.313)	17.864	(2.397)	-	17.864	20.261
Máquinas e equipamentos	2.176	528	-	(233)	2.471	295	-	2.471	2.176
Outros	18.085	3.512	(4.124)	(2.080)	15.393	(2.692)	-	15.393	18.085
Administração	572	335	(5)	(473)	429	(143)	-	429	572
Máquinas e equipamentos	400	335	-	(306)	429	29	-	429	400
Outros	172	-	(5)	(167)	-	(172)	-	-	172
	20.833	4.375	(4.129)	(2.786)	18.293	(2.540)	-	18.293	20.833
Ativo imobilizado	885.299	4.375	(16.258)	-	873.416	(11.883)	(336.296)	537.120	569.579

11.2 Ativo imobilizado não vinculado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>6.327</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.380</u>	<u>53</u>	<u>(3.474)</u>	<u>2.906</u>	<u>3.542</u>
Ativo não vinculado	<u>6.327</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.380</u>	<u>53</u>	<u>(3.474)</u>	<u>2.906</u>	<u>3.542</u>

11.3 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,05%	853.429	(335.275)	518.154	548.277
Administração	10,56%	1.694	(1.021)	673	469
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	6.380	(3.474)	2.906	3.542
		861.503	(339.770)	521.733	552.288

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Anel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.4 Principais adições do ativo imobilizado em curso 2021

Transmissão e administração	Valor
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	15
Máquinas e Equipamentos	863
Veículos	156
Desenvolvimento de Projetos	3.011
Adiantamentos a Fornecedores	330
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	4.375

11.5 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2021

Transmissão e administração	Valor
Desenvolvimento de Projetos	(1.824)
Adiantamentos a Fornecedores	(2.305)
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	(4.129)

11.6 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
SISTEMA DE SEG. PATRIMONIAL	Edificações, obras civis e benfeitorias	75
SISTEMA DE COMBATE A INCENDIO	Edificações, obras civis e benfeitorias	69
SISTEMA DE DEFENSAS PARA LT	Máquinas e equipamentos	1.423
GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT P/T	Máquinas e equipamentos	24
BATERIA MAVIC AIR + KIT ACESSORIOS + CARREGADOR		
VEICULAR + MICROSD + HD EXTERNO	Máquinas e equipamentos	35
RELE RF4UR 125 VDC e BASE FN-DE IP10	Máquinas e equipamentos	15
GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT P/T		
56 KBTUS SO FRIO 220V MONO GREE R410A	Máquinas e equipamentos	45
IRIDIUM 9555 IMEI 300115060077150 PICMSST:0,00 BCICMSST:7.976,41	Máquinas e equipamentos	8
GWC12QC-D3NNB4A/I - UNIDADE INTERNA SPLIT HW		
12 KBTUS SO FRIO 220V ECO GARDEN GREE	Máquinas e equipamentos	2
D3NNB4D/I - UNIDADE INTERNA SPLIT HW 12 KBTUS		
SO FRIO 220V G-TOP GREE R410 - GWC12QC-D3NNB4D/O	Máquinas e equipamentos	7
GU60ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT P/T, GUL60H/A-H(B) – UNIDADE EXTERNA SPLIT PT	Máquinas e equipamentos	7
SISTEMA DE VIGILANCIA ELETRONICA	Máquinas e equipamentos	79
SISTEMA PMU	Máquinas e equipamentos	138
SERVICO DE INSTALACAO E SERVICO DE VMWARE	Máquinas e equipamentos	27
I/VW SPACEFOX TL MBV	Veículos	51
I/VW AMAROK CD 4X4 SE, PROTETOR DE CACAMBA,		
DISPOSITIVO REBOQUE ACOPLADO	Veículos	112
I/VW AMAROK CD 4X4 SE, PROTETOR DA CACAMBA,		
CHASSI WV1DB42H5JA064381	Veículos	112
RENAULT MODELO: JM1 VERSAO:	Veículos	84
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
		2.313
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Administração	Grupo	Valor
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL XPS 13 930 –		
MOUSE OPTICO WIRELESS MS5320WC	Máquinas e equipamentos	37
MICROCOMPUTADOR PORTATIL VOSTRO 3480,		
CORE I5-8265U, RAM 8GB, SSD	Máquinas e equipamentos	104
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3410	Máquinas e equipamentos	153
SMART TV LG 55 4K UHD WI FI BLUETOOTH HDR INTELIGENCIA	Máquinas e equipamentos	12
MICROONIBUS 415 SPRINTER VAN 415, CHASSIS 8AC906633KE160916	Veículos	167
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
		473

11.7 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2021

Transmissão

TRANSFORMADOR DE CORRENTE, FABRICANTE AREVA, MODELO CTH 550, MONOFASICO, TENSAO 550KV
TRANSFORMADOR DE CORRENTE, FABRICANTE AREVA, MODELO CTH 550, MONOFASICO, TENSAO 550KV
BAIXA REF DUPLICIDADE DE REGISTRO DE ICMS REF NF'S 9120 E 9121 CIETEC SET/2019
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER VERSAO: MBU XE 4X4 MT 2012/2013
L200 TRITON 3.2 DIESEL MT/G, N° MOTOR
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER, VERSAO:XE 4X4 MT L6, MOTORIZACAO: 2.5
N° MOTOR: YD25795102B - VEICULO: NOVA FRONTIER

Grupo	Valor
Máquinas e equipamentos	(8.324)
Máquinas e equipamentos	(3.512)
Veículos	(24)
Veículos	(65)
Veículos	(23)
Veículos	(66)
Veículos	(22)
	<u>(12.036)</u>

Administração

MICROONIBUS SPRINTER B53K,MODELO 41221,COR BRANCO,ANO FABRICADO 2011

Veículos	(93)
----------	------

12 Intangível

12.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	<u>7.229</u>	-	-	-	<u>7.229</u>	-	<u>(151)</u>	<u>7.078</u>	<u>7.123</u>
Servidões	6.962	-	-	-	6.962	-	-	6.962	6.962
Softwares	<u>267</u>	-	-	-	<u>267</u>	-	<u>(151)</u>	<u>116</u>	<u>161</u>
Administração	<u>1.169</u>	-	-	<u>31</u>	<u>1.200</u>	<u>31</u>	<u>(1.093)</u>	<u>107</u>	<u>110</u>
Servidões	120	-	-	-	120	-	(44)	76	104
Softwares	<u>1.049</u>	-	-	<u>31</u>	<u>1.080</u>	<u>31</u>	<u>(1.049)</u>	<u>31</u>	<u>6</u>
	<u>8.398</u>	-	-	<u>31</u>	<u>8.429</u>	<u>31</u>	<u>(1.244)</u>	<u>7.185</u>	<u>7.233</u>

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em curso									
Transmissão	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70</u>	<u>70</u>
Softwares	70				70	-	-	70	70
Administração	<u>223</u>	<u>211</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>403</u>	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>403</u>	<u>223</u>
Softwares	223	211	-	(31)	403	180	-	403	223
	<u>293</u>	<u>211</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>473</u>	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>473</u>	<u>293</u>
Ativo Intangível	<u>8.691</u>	<u>211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.902</u>	<u>211</u>	<u>(1.244)</u>	<u>7.658</u>	<u>7.526</u>

12.2 Intangível não vinculado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	102	-	-	102	102	-	102	-
Ativo não vinculado	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>-</u>

12.3 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2021			2020
		Valor Bruto	amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	7.229	(151)	7.078	7.123
Administração	10,00%	1.200	(1.093)	107	110
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	102	-	102	-
		8.531	(1.244)	7.287	7.233

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.4 Principais adições do ativo intangível em curso 2021

Administração	Valor
Softwares	211
	211

12.5 Principais adições do ativo intangível em serviço em 2021

Administração	Grupo	Valor
INTEGRACAO SISTEMAS TOTVS E NIMBI	Softwares	31

12.6 Principais baixas do intangível em serviço em 2021

Não ocorreram baixas no intangível em serviço em 2021

13 Empréstimos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	dez/14	set/20	Libor + 2,65% a.a	-	117.685
				-	117.685
Circulante				-	117.685
Não circulante				-	-
				-	117.685

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
State Grid International Development Limited (SGID)	117.685	(3.833)	(1.870)	-	(111.982)	-
Total	117.685	(3.833)	(1.870)	-	(111.982)	-

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	91.299	30.953	(4.567)	-	-	117.685
Total	91.299	30.953	(4.567)	-	-	117.685

Em 23 de dezembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,65% a.a. no montante de USD135.750 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta mil dólares), correspondente a R\$361.774 (trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil reais) com pagamentos de principal e juros em 11 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2020. Em 2020 somente foi efetuado o pagamento dos juros.

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo com a SGID no valor de R\$ 111.982 (cento e onze milhões e novecentos e oitenta e dois mil reais) de principal e R\$ 1.870 (um milhão, oitocentos e setenta mil reais) de juros.

14 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	32.384	31.204
CSLL	10.951	10.596
	43.335	41.800
Outros impostos a pagar		
	31/12/2021	31/12/2020
PIS (i)	178	509
COFINS (i)	824	2.348
INSS empregado	625	593
IRRF (ii)	1.634	4.447
Outros	771	772
	4.032	8.669

- (i) Redução de valores a pagar de PIS e COFINS devido utilização dos créditos de insumos.
- (ii) Variação refere-se a IRRF sobre juros sobre capital próprio que em 2021 foi pago dentro do próprio exercício.

15 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	360	373
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	556	560
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	6.896	10.010
	7.812	10.943

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 628 (seiscentos e vinte e oito mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 855 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais).

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	102	55
Cível	2.211	2.117
Servidão	4.689	4.689
	7.002	6.861

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.117	55	-	4.689	6.861
Adições e reversões, líquidas (i)	-	40	-	-	40
Atualizações monetárias	94	7	-	-	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.211	102	-	4.689	7.002

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	753	-	753
Adições e reversões, líquidas (i)	2.109	54	(753)	4.689	6.099
Atualizações monetárias	8	1	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.117	55	-	4.689	6.861

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e por força da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, e as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros

Contingências possíveis (não provisionadas):

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cível (i)	213	213
Fiscal (ii)	36.776	6.708
	36.989	6.921

- (i) Processos cíveis: Referem-se a ação judicial autuada por meio do processo nº 0000089-56.2017.8.11.0095, na qual se discute a responsabilidade por acidente de trânsito. O trâmite se dá junto ao Estado de Mato Grosso.
- (ii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Variação refere-se a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. Os temas aqui referidos são tratados em seis processos administrativos e sete processos judiciais, a seguir enumerados: 15374.955519/2009-01, 15374.955520/2009-27, 15374.955521/2009-71, 15374.974875/2009-15, 15374.974876/2009-60 e 5834490/2020, os quais tramitam pela via administrativa nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, e 5392849-18.2018.8.09.0051, 0015150-02.2018.8.11.0004, 0014421-18.2014.8.11.0003, 0007897-39.2013.8.11.0003, 0010151-14.2015.8.11.0003, 0010146-89.2015.8.11.0003 e 1000755-83.2021.8.11.0003, que tramitam pela via judicial nos Estados de Goiás e Mato Grosso.

17 Outros passivos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	3.757
Atualização monetária (i)	-	1.976
	-	5.733

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460 (quatrocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), dividido em 402.460 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	112.017	63.258
Reserva legal (5%)	(5.601)	(3.163)
Base de cálculo para os dividendos	106.416	60.095
Dividendo mínimo obrigatório	1.064	601
Juros sobre capital próprio	(17.609)	(18.789)

Em 28 de dezembro de 2020 foi aprovado conforme AGO o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.789 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e nove mil reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.818 (dois milhões, oitocentos e dezoito mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$15.971 (quinze milhões, novecentos e setenta e um mil reais), que foi pago em 6 de julho de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 82.470 (oitenta e dois milhões quatrocentos e setenta mil reais). Esse montante foi pago ao longo do exercício de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 17.609 (dezesete milhões seiscentos e nove mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.641 (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$14.968 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	254.604	261.296
Receita de rateio de antecipação (i)	(1.393)	(5.198)
Receita de encargos de transmissão	251.857	247.776
Receita de novas obras RBNI	17.587	19.525
Parcela de ajuste do ciclo anterior (i)	(16.144)	(11.207)
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	(6.716)	1.667
Receita RMEL	193	283
Descontos Incidentes na TUST	9.220	8.450
Deduções da receita operacional	(34.237)	(34.900)
PIS	(4.198)	(4.279)
COFINS	(19.338)	(19.708)
ISS	-	(139)
P&D	(2.204)	(2.264)
RGR	(7.617)	(7.614)
TFSEE	(880)	(896)
	220.367	226.396

- (a) Variação de acordo com a receita faturada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- (b) Variação referente a estorno de parcela variável decorrente da utilização parcial de uma função de transmissão em 2020. Trata-se de cálculo de provisão de indisponibilidade ocorrida no período de acordo com as medições realizadas pelo Departamento de O&M, que é descontada pelo Aviso de Crédito posteriormente à competência.

20 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(11.682)	(10.432)
Material	(1.099)	(533)
Serviços de terceiros	(2.483)	(2.375)
Depreciação e amortização	(26.108)	(26.154)
Gastos diversos	(1.234)	(1.360)
Outros	(529)	(675)
	<u>(43.135)</u>	<u>(41.529)</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(8.044)	(7.535)
Administradores	(627)	(1.089)
Material	(259)	(217)
Serviços de terceiros	(1.144)	(1.176)
Arrendamentos e aluguéis	(105)	(119)
Doações	(278)	(572)
Provisão/reversão (i)	4.849	(1.798)
Tributos	(28)	(632)
Depreciação e amortização	(302)	(298)
Outras (ii)	(1.541)	7.956
	<u>(7.479)</u>	<u>(5.480)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

(ii) Variação refere-se substancialmente no custo de recuperação de despesas devido a ajuste de inventário de almoxarifado conforme levantamento físico no exercício de 2020.

22 Despesas de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(7.587)	(6.794)
Encargos	(2.581)	(2.350)
Previdência privada	(200)	-
Outros Benefícios - Corrente	(1.264)	(1.263)
Outros	(50)	(25)
	<u>(11.682)</u>	<u>(10.432)</u>
Pessoal - administração	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(4.589)	(3.953)
Encargos	(1.802)	(1.727)
Previdência privada	(67)	-
Benefícios	(841)	(892)
Outros	(745)	(963)
Administradores	(627)	(1.089)
	<u>(8.671)</u>	<u>(8.624)</u>
	<u>(20.353)</u>	<u>(19.056)</u>

23 Outros receitas / (despesas) operacionais

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas da prestação de serviços	2.202	3.372
Outras receitas e rendas	239	61
Tributos sobre a receita (i)	(387)	(1.218)
Pessoal	(587)	(627)
Arrendamentos e alugueis	-	2
Perdas de alienação e desativação (ii)	(6.350)	(60)
Depreciação	(689)	(709)
Contrato de Compartilhamento de instalações (CCI) sem receita atrelada	(845)	(784)
Outros	(200)	(203)
	<u>(6.617)</u>	<u>(166)</u>

- (i) Redução no PIS e COFINS sobre receita de operação e manutenção devido a finalização de projeto de reforço.
- (ii) Variação refere-se à baixa de ativo imobilizado devido a sucata e material obsoleto.

24 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	<u>21.191</u>	<u>22.486</u>
Receitas de aplicações financeiras	3.558	1.648
Variações cambiais ativas	17.208	20.899
Outras receitas financeiras	619	16
Tributos sobre receitas financeiras	(194)	(77)
Despesa financeira	<u>(13.189)</u>	<u>(55.826)</u>
Variações cambiais passivas (i)	(11.480)	(47.344)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	(2.518)	(6.035)
Outras despesas financeiras (ii)	809	(2.445)
	<u>8.002</u>	<u>(33.340)</u>

- (i) Redução refere-se à quitação do empréstimo com a SGID em julho/2021.
- (ii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	170.403	96.889
Adições/Exclusões não dedutíveis	942	736
Variação Cambial	14.746	26.445
Ajustes ICPC 01	(27.305)	39.952
Juros s/ Capital Próprio	(17.609)	(18.789)
Outros	-	-
	<u>141.177</u>	<u>145.233</u>
Lucro Real	<u>141.177</u>	<u>145.233</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(35.269)	(36.284)
Inc. Fiscais	392	680
	<u>(34.877)</u>	<u>(35.604)</u>
IRPJ devido (25%)	<u>(34.877)</u>	<u>(35.604)</u>
CSLL (9%)	<u>(12.706)</u>	<u>(13.071)</u>
IR e CS correntes	(47.583)	(48.675)
	<u>(47.583)</u>	<u>(48.675)</u>
	<u>(47.583)</u>	<u>(48.675)</u>

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 26.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	54.805	141.456
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	27	4.039	4.585
Concessionárias e permissionárias	8	21.850	26.963
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos - partes relacionadas	13	-	117.685
Fornecedores - terceiros	-	3.117	5.201
Fornecedores - partes relacionadas	27	1.723	1.804

26.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	54.805	141.456
Contas a receber partes relacionadas	4.039	4.585
Concessionária e Permissionárias	21.850	26.963
 Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	-	117.685

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos no exercício de 2020, porém em 2021 os empréstimos em dólar foram integralmente quitados. Apesar disso, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

27.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>4.039</u>	<u>4.585</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.030	4.576
Outros	9	9

27.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
	1.723	119.489
Fornecedores - partes relacionadas	1.723	1.804
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.706	1.739
Aluguel (ii)	-	7
Serviços de engenharia SGSE (iii)	11	11
Outros	6	47
Empréstimos a pagar - partes relacionadas (nota explicativa 13)	-	117.685

27.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	13.684	(21.862)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	10.661	10.827
Aluguel (ii)	(66)	(83)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(121)	(126)
Despesa de juros de empréstimo com a SGID (nota explicativa 24)	(2.518)	(6.035)
Variação cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 24)	17.208	20.899
Variação cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 24)	(11.480)	(47.344)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 13 de agosto de 2020 a ITE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Energisa Goiás, na subestação de energia Rio Verde Norte, e análise e aprovação de AS BUILT da concessionária de transmissão Santa Lucia, na subestação de energia Cuiabá.

27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valores reconhecidos no resultado		
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	842	849
Benefícios diretos e indiretos	373	75
Encargos	710	444
Provisões (13 salário, férias e bônus)	675	750
Valor total da remuneração	2.600	2.118

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	466.307	466.307
Veículos	Carros	2.316	1.908
		<u>488.623</u>	<u>488.215</u>